

A RELIGIÃO MORAL NA VIDA DE JESUS DE HEGEL

Francisco José da Silva¹

Resumo: O presente artigo pretende apresentar a concepção de uma Religião Moral na obra de juventude de Hegel, *A Vida de Jesus* (Berna, 1795); nesta o filósofo de Stuttgart faz uma biografia de Jesus numa harmonização dos evangelhos, onde predomina uma perspectiva kantiana da religião como moralidade. Hegel critica o Judaísmo, como religião positiva (estatutária), numa clara crítica às igrejas católica e protestante de sua época, e apresenta o projeto de Jesus, enquanto religião da liberdade que se fundamenta na autonomia moral do indivíduo. Jesus é pensado como um mestre da virtude que enfatiza as máximas da vontade autônoma como verdadeira adoração de Deus, para além dos mandamentos positivos e das prescrições litúrgicas.

Palavras-chave: Religião Moral, Positividade, Ética

Abstract: The present article wants to present the conception of a Moral Religion in the work of the young Hegel, *The Life of Jesus* (Bern, 1795): in it the philosopher of Stuttgart makes a biography of Jesus, in a personal harmonization of the gospels, where predominate a Kantian perspective of religion as morality. Hegel criticizes Judaism, as a positive religion, in a critic to the catholic and protestant churches of his time, and presents the project of Jesus as a religion of liberty, that has his fundamentals in the moral autonomy of subjectivity. Jesus is thought as a master of virtue, who emphasizes the maxims of autonomic will, as the true worship of God, beyond the positive commandments and the liturgics' prescriptions.

Key-words: Moral Religion, Positivity, Ethics

¹ Prof. Mestre em Filosofia – UFC Campus Cariri. E-mail: filosofranz@cariri.ufc.br

A Religião Moral na *Vida de Jesus* de Hegel

Introdução

A obra *Vida de Jesus* (Das Leben Jesu, Berna, 1795)² é uma das primeiras obras de Hegel, sendo parte do que se tem denominado como obras de juventude, ou seja, os primeiros escritos de Hegel³, que ficaram durante um certo tempo na obscuridade e só no início do século XX passaram a ser tratadas e valorizadas como parte importante da formação do filósofo alemão e do desenvolvimento de um sistema pós-kantiano⁴, entre estas podemos citar *Religião popular e cristianismo* (Volksreligion und Christentum, 1792), *A Positividade da Religião Cristã* (Die Positivitaet der Christliche religion, 1796-1797) e *O Espírito do Cristianismo e seu destino* (Der Geist der Christentum und seine Schicksal, 1799)⁵.

Nesta obra de 1795, o jovem Hegel, então com 25 anos, traça uma biografia de Jesus numa harmonização pessoal dos evangelhos que pretende ser uma interpretação do ensinamento do mestre de Nazaré que remete indiretamente a uma perspectiva polêmica em relação aos princípios religiosos e morais que vigoravam na Alemanha, em especial no seminário de Tübingen, onde Hegel fez seus estudos teológicos e onde predominava a mais rigorosa ortodoxia kantiana (Hegel, 1998, p.54-56). Neste escrito podemos notar as influências do pensamento kantiano no que diz respeito à moral deontológica e a religião moral e também de Schiller e suas ideias estético-morais.

Nesta narração da vida de Jesus, Hegel demonstra uma animosidade em relação ao que ele denomina religião positiva ou estatutária, que fundamenta os princípios religiosos em mandamentos puramente exteriores baseados numa obediência cega e servil que tira ao homem sua dignidade de ser racional capaz de se autodeterminar e encontrar o seu destino último, bem como o desvia da verdadeira adoração a Deus que se baseia na virtude e não em práticas cerimoniais.

² Para a obra *A Vida de Jesus* usamos de preferencia a tradução italiana, Hegel, G.W.F. *La Vita di Gesù*. Trad.ital. Antimo Negri, Bari, Laterza, 1994, assim como consultamos a tradução espanhola *La Historia de Jesus*, tradução castelhana Santiago Gonzales Noriega, Madrid, Taurus, 1987.

³ As duas principais obras que deram inicio a pesquisa sobre o joven Hegel foram as de Dilthey e de Lukacs: Dilthey, W. *Hegel y el idealismo*. Trad.cast. Eugenio Imaz, México, Fondo de cultura económica, 1956. Cf. Também Lúkács, G. *El Joven Hegel* (Jugendgeschichte Hegels), trad.cast. Manuel Sacristan, Madrid, Grijalbo, 1972.

⁴ Para contextualizar o pensamento do jovem Hegel e sua relação com o pensamento kantiano conferir Joãozinho Beckenkamp, *O Jovem Hegel, formação e um sistema pós-kantiano*, São Paulo, Loyola, 2009.

⁵ Para os escritos de juventude de Hegel usamos a tradução espanhola: Hegel, *Escritos de Juventud*, trad.cast. Zoltan Szankay e Jose Maria Ripalda, México. Fondo de Cultura Economica, 1998

O Jesus de Hegel não é um Messias como o imaginava o povo judeu, que no seu orgulho nacional esperava um libertador político que os livraria do jugo estrangeiro, nem também é o taumaturgo, aquele que faz milagres para servirem de sinais de seu poder divino, ao contrário Jesus é o homem livre que encontra na razão aquela centelha divina que comunica universalmente os princípios morais que devem ser seguidos, o mestre da virtude que suscita nos homens a busca pelo seu destino último e revela a verdadeira forma de adoração iluminada de Deus.

Nesta obra de juventude percebe-se toda a influência das idéias iluministas de fé na razão, de descrença dos milagres, na busca de uma religião puramente racional que se funda na subjetividade e em sua universalidade. Também a influência de Kant está presente na visão do Jesus hegeliano, que aponta para a idolatria das leis que se colocam acima dos homens enquanto seres racionais como se estas não fossem fruto da racionalidade comum ao homem e a Deus, tais leis exteriores⁶ que se baseiam nos costumes e tradições se impõem como algo estranho a partir de uma autoridade não legítima, assim os judeus se prendem a execução servil destes mandamentos e das práticas cerimoniais que não expressam a liberdade, mas a servidão.

Religião Moral *versus* Religião Positiva

No início de sua biografia de Jesus, Hegel apresenta a ideia de uma razão universal que fundamenta a ordem do mundo e que está presente no homem, esta o permite descobrir o seu destino último (Hegel, 1994, p.63). Esta razão foi de certo modo obscurecida pelo seguimento inconsciente das regras sem a referência ao homem enquanto ser racional e capaz de descobri-las em seu íntimo.

A razão pura, incapaz de qualquer limitação, é a divindade mesma. O plano cósmico está, pois ordenado em conformidade com a razão; é esta que ensina ao homem a conhecer seu destino, a finalidade incondicionada de sua vida; ainda que tenha estado obscurecida, nunca se extinguiu por completo e até nas trevas se conservou um tênue resplendor seu (HEGEL, 1994, p.63).

⁶

Neste sentido leis heteronômicas para usar a linguagem kantiana.

A Religião Moral apresentada por Hegel é, no seu sentido mais profundo, um ‘*Culto da Razão*’ que encontra nesta faculdade os princípios de conduta e o caminho da virtude que ordena o cumprimento do dever de forma livre, isto é, de acordo com as máximas assumidas subjetivamente, porém, de alcance universal, ou seja, válidas não apenas para mim, mas para todo ser racional.

Como Jesus diz a Nicodemos:

Em mim, a convicção disso é muito viva como a certeza do que vejo e sinto, mas como posso eu exigir de vós de crê-lo pelo meu testemunho, se vós não prestai atenção ao testemunho interior do vosso espírito, a esta voz celeste? Unicamente essa, cuja raiz está no céu, pode vos fazer conhecer aquilo que é uma necessidade superior da razão; e todavia, unicamente pela fé nesta (razão), através da obediência nela, há de se encontra a paz e a verdadeira grandeza, a dignidade do homem (...) Essa não condena as inclinações da natureza, mas as dirige e nobilita (HEGEL, 1994, p.69).

Esta compreensão do caráter separador da racionalidade denominada abstrata foi entendida por Hegel como a perspectiva iluminista e kantiana, o que leva-nos a ligá-la com a idéia que ele faz do Judaísmo; o qual, para ele, padece de um princípio de separação que o transforma em uma forma de alienação. Esta alienação da realidade faz com que o Judaísmo na perspectiva hegeliana impeça um entendimento do que Jesus ensinava e daquilo que suas idéias implicavam. Apenas na obra sobre *O Espírito do Cristianismo e seu destino* (1799) Hegel aponta claramente a idéia de separação presente na religião dos Judeus, mostrando qual a idéia que ele faz da positividade, a qual será uma das principais características do cristianismo de sua época.

O Judaísmo é visto assim como uma religião positiva, ou seja, que se funda em regras que não se apresentam como dedutíveis da razão humana, mas fundadas numa autoridade externa que as positiva e exige sua execução mecânica. Moisés é apresentado como o responsável pela legislação judaica, sua autoridade enquanto aquele que falava com Deus ‘face a face’ legitimou seus preceitos morais e litúrgicos, que o povo judeu tem seguido sem levar em consideração a dignidade do homem nem sua capacidade de racionalmente encontrar a lei universal em seu íntimo e segui-la de forma autônoma. Todos os mandamentos da lei de Moisés obrigam não porque foram fundados na razão, mas porque uma autoridade exterior os impôs. Os fariseus e mestres da lei são aqueles que se tornaram responsáveis pela guarda,

interpretação e observância da lei mosaica, mas no seu apego a lei positiva tornaram os homens de livres em escravos destas mesmas leis, estes assumem um caráter completamente servil e enganam-se ao pensar que estão salvos ao cumprir mecanicamente estas leis.

Jesus rechaça esta crença vã dos judeus os demonstrado sua ignorância do caráter fundamental da lei, também desacredita a pretensão orgulhosa das autoridades e sua legitimidade, descarta a importância dos milagres como sinais do favor divino relegando-os a meros sinais sensíveis e exteriores, por isso mesmo vãos e ilusórios. Neste sentido ele não se apresenta como o Messias político e libertador do jugo estrangeiro, nem como taumaturgo de curas e milagres, sua pretensão é revelar aos homens sua dignidade, é mostrar a razão como fonte de onde brota a virtude e a verdadeira adoração de Deus, que está não no cumprimento das leis, mas na ‘*transformação interior*’ e na conduta segundo a virtude.

Quando considerais os vossos estatutos eclesiásticos e os vossos preceitos positivos como a lei suprema que foi dada ao homem, vocês traíram a dignidade do homem e o seu poder de trazer, a partir de si mesmo, do próprio íntimo, o conceito da divindade e o conhecimento de sua vontade. (...) eu não exijo de ninguém que, sobre a base da minha autoridade, deva aceitá-lo, porque não procuro a minha glória (eu submeto meu ensinamento a crítica da razão universal, a qual determinará qualquer um a crer ou não) (HEGEL, 1994, p.81-82).

Em outras obras, Hegel explicitará o que ele chama de “*espírito do judaísmo*” (Hegel, 1998, p.292-3) que identifica as características do judaísmo enquanto religião da separação, da alienação e da servidão, contrastando-a com a religião grega que se fundava num povo livre que gozava de uma vida política ativa. O povo judeu vive como escravo sem gozar da possibilidade de dar a si mesmos sua lei, pois esta lhes é posta exteriormente, logo este povo permanece numa situação de dependência da vontade de Deus e deve a todo custo buscar satisfazê-lo com a observância de preceitos legais. Jesus apresenta ao povo judeu a idéia de que a divindade está presente no coração do homem e este pode encontrar as leis eternas em seu interior sem a necessidade de submeter-se à coação das autoridades exteriores e a observância dos preceitos morais e rituais da tradição.

A contraposição do espírito judaico ao grego não é feito na *Vida de Jesus* explicitamente, mas está de forma velada através de referências feitas no que diz respeito ao modo servil dos judeus se submeterem a lei, enquanto os gregos viviam numa forma de governo democrático sob leis criadas por eles mesmos de forma livre, o que os permitia ter uma consciência moral e política superior. Em outras obras, como *A Positividade da religião*

crístã, Hegel fará a comparação dos discípulos de Jesus com os discípulos de Sócrates, aqueles permanecem numa situação de dependência do seu mestre que é admirado por sua pessoa e milagres, os quais lhe conferem o status de Messias e Filho de Deus, estes por viverem num governo republicano não dependem do mestre, sentem-se livres e autônomos, mas são atraídos por sua moralidade elevada e suas virtudes (Hegel, 1998, p.85).

Já em *Espírito do Cristianismo e seu destino*, o filósofo alemão desenvolverá as características do “*espírito judaico*” que se origina em Abraão e seus descendentes e segue até Moisés, este espírito da religião judaica baseia-se numa separação em relação ao mundo, os judeus são na visão de Hegel um povo vazio cuja alienação levou a uma escravidão mesmo quando foram libertados dos egípcios, um povo incapaz de fruir a beleza das imagens como os pagãos de sua época, ou seja, viviam uma religião inestética e vazia, um povo sem liberdade nem propriedade que estava a mercê dos caprichos de Javé (Hegel, 1998, p.292).

É esta a condição do povo judeu apresentada por Hegel:

Todos os estados consecutivos do povo judeu – incluso o estado miserável, sórdido e mesquinho em que se encontram hoje em dia – não são senão as conseqüências e desenvolvimentos de seu destino original. Foi este destino – um poder infinito que eles se opuseram como inconciliável – o que os maltratou e os continuará maltratando até que o reconciliem pelo espírito da beleza, superando-o através da reconciliação (HEGEL, 1998, p.298).

Esta reconciliação se dará por meio de Jesus, que ao contrapor-se ao legalismo judaico apresentará uma perspectiva diferente na religião moral, a qual levará o homem a reconhecer em si a centelha divina e descobrir sua autodeterminação racional, com esta transformação interior o homem se tornará livre e alcançará uma forma de existência superior onde este se reconhece enquanto divino.

Jesus, mestre de virtude e da Religião Moral.

Os acontecimentos da vida de Jesus são descritos por Hegel numa seqüência harmonizada dos evangelhos mais em cada situação são inseridos elementos das idéias kantianas, as quais fazem parte do ensinamento de Jesus.

Na obra de Hegel Jesus aparece como aquele responsável pelo melhoramento das máximas corrompidas do judaísmo, ele é o filho do carpinteiro e de Maria, pessoas humildes da Galileia que viveram de acordo com os princípios morais e religiosos do povo judeu, Jesus foi educado nesta cultura e nestas tradições e viveu anonimamente durante os primeiros anos de sua vida (Hegel, 1994, p.64), ao tornar-se adulto vai até João Batista que prega no deserto o arrependimento e a transformação interior, este aparece como o homem que ensina o

caminho da virtude e da lei interior (Hegel, 1994, p.72-3), Jesus é batizado por ele e segue para o deserto onde acontecem as tentações da vaidade, do poder e da magia, que surgem não da figura personificada do Mal, como o Diabo, mas como as inclinações e paixões sensíveis às quais todos são vulneráveis. Após este período de provação Jesus chama os homens que serão seus discípulos, homens simples que aprenderão com ele o caminho da virtude e da moral racional.

Num diálogo com Nicodemos Jesus exprime sua compreensão do ser do homem:

O homem enquanto homem, responde Jesus, não é apenas um ser de todo sensível. A sua natureza não é simplesmente limitada às inclinações através do prazer; há nele também um espírito, uma centelha do ser divino, lhe foi concedida a parte da herança de todos os seres racionais (HEGEL, 1994, p.69).

Já que Jesus nega os preceitos judaicos como puras normas exteriores e seu seguimento como cumprimento mecânico das mesmas, podemos nos perguntar então: Em que consiste a religião moral pregada por Jesus? A religião moral consiste no reconhecimento da razão como parcela da divindade em nós, numa transformação interior que nos permite a descoberta da lei interior, que habita no íntimo de cada um, que é universal e serve como orientadora do destino último da vida humana.

O principal momento do ensinamento moral de Jesus é o chamado Sermão da Montanha (Hegel, 1994, p.72-3), onde o mestre de Nazaré indica aos homens qual o meio de alcançar a virtude e apresenta as características da adoração iluminada de Deus. Jesus enfrenta as autoridades judaicas de então, fariseus, mestres da lei e saduceus, que representam o apego aos mandamentos da lei de forma literal e impossibilitam aos homens o encontro com sua dignidade e a descoberta da lei moral inscrita em seus corações. Há no Jesus descrito por Hegel uma preocupação de conciliar o sensível e o racional, a tentativa de uma orientação das inclinações a partir dos princípios morais e racionais, a forma pela qual são ensinados tais princípios são as parábolas que buscam revelar através de exemplos cotidianos como se deve agir em determinadas situações. Uma das principais preocupações de Jesus é mostrar aos homens a forma pela qual estes poderão elevar sua alma aos fins superiores e despertar o divino que habita em seus corações.

Unicamente esta (a razão), cuja raiz está no céu, pode vos fazer conhecer o que é uma necessidade superior da razão (Höheres Bedürfnis der Vernunft); e, todavia, unicamente pela fé nela, através da sua obediência, encontrará a paz e a verdadeira grandeza, a dignidade do homem. E a divindade realmente distinguiu o homem do resto da natureza, pois o animou com um reflexo de sua essência, o dotou de razão; somente através da fé nela o homem chega a completar seu destino (HEGEL, 1994, p.69).

Durante sua vida Jesus se confronta com a resistência do povo judeu, seu apego literal à lei e sua incapacidade de compreender a lei moral presente no coração, como havíamos falado o povo judeu aferrara-se a idéia de que um Messias seria o responsável pela sua libertação, porém esta idéia estava baseada no orgulho judaico que os fazia crer que sua lei escrita era o que havia de mais justo e verdadeiro, Deus enviaria um ungido para salvar seu povo da escravidão estrangeira. Jesus vai além desta perspectiva ao lhes revelar a lei moral universal da qual todos poderiam ter acesso enquanto seres racionais capazes de se auto determinar, esta idéia colocada por Hegel na boca de Jesus está mais próxima da idéia kantiana de imperativo categórico, o qual o próprio Hegel cita literalmente como palavras do Cristo.

Age segundo uma máxima tal que possais querer que valha como lei universal entre os homens, também para vós. Esta é a lei fundamental da eticidade (Sittlichkeit), o conteúdo de todas as legislações e dos livros sacros de todos os povos. Entrareis por essa porta direto no templo da virtude (HEGEL, 1994, p.79).

O Jesus de Hegel se apresenta como aquele que está além da pura religião histórica, ele ultrapassa as limitações das religiões particulares ao apresentar um projeto de religião que não se limita à determinada cultura nem se coaduna com o nacionalismo orgulhoso dos judeus, mas que inclui a todos. Ao falar sobre a porta estreita que conduz a eternidade diz Jesus:

Assim, muitos daqueles que, no oriente e no ocidente, ao norte e ao sul, adoram a Zeus ou Brahma ou Wotan, encontrarão graça diante do juiz do mundo, e muitos daqueles que, orgulhosos de sua consciência de Deus, transformaram com sua vida esta consciência superior em ignomínia e imaginaram serem os primeiros, serão reprovados (HEGEL, 1994, p.105).

Jesus na última ceia instrui seus discípulos a respeito do ideal da religião moral e da virtude e os prepara para sua morte que se aproxima ao apresentar os dons do pão e do vinho como sinais do amor que os une⁷, este ato para ele é uma celebração em memória de sua amizade e não um dever religioso.

Após várias tentativas de colocar Jesus numa situação em que este pudesse ser acusado os líderes religiosos judeus prendem Jesus no Getsêmani, após julgamento pelo Sinédrio Jesus é espancado e condenado por pregar preceitos contrários à lei judaica e então é crucificado. No relato de Hegel não há referência à ressurreição, pois como foi comentado acima, qualquer evento miraculoso desviaria Jesus de sua intenção original, a lei moral

⁷ Segundo o texto de Hegel esta ceia é feita à maneira dos árabes.

contida no íntimo do homem, e apresentar a ressurreição como acontecimento fundamental seria colocar todo edifício abaixo, por essa razão é silenciada.

Conclusão

Podemos concluir dizendo que, na visão do jovem Hegel, ainda profundamente influenciado por Kant, a religião judaica não cumpre o papel de orientação da conduta do homem e nem possibilita uma verdadeira adoração de Deus, pois seus preceitos se tornaram pedra de tropeço para todo aquele que quiser ser livre e autônomo, Jesus, como mestre da religião moral e da virtude, ensina aos homens de seu tempo que só através de uma transformação interior e do reconhecimento de sua parcela divina, a razão, o homem pode alcançar os princípios universais da moralidade, esta se coloca além do mero cumprimento dos mandamentos, pois conduz o homem para sua autodeterminação e liberdade e o possibilita a elevação acima dos interesses limitados e finitos aproximando-o da divindade, para isso é preciso orientar as inclinações segundo tais princípios.

Para Hegel a importância de Jesus não está no fato de que ele seja tenha autoridade, ou seja, o Messias, o Filho de Deus, ou o Taumaturgo que obra milagres ou curas fantásticas, mas no fato de que ele aponta para o homem o caminho da razão e da virtude.

Referências bibliográficas

HEGEL, G.W.F. *Escritos de Juventud*, tradução castelhana Zoltan Szankay e Jose Maria Ripalda, México. Fondo de Cultura Economica, 3ªed., 1998.

_____ *Vita di Gesù*. Tradução italiana Antimo Negri, Bari, Laterza.1994.

_____ *La historia de Jesus*. Tradução castelhana Santiago Gonzales Noriega, Madrid, Taurus, 1987.

BECKENKAMP, J. *O Jovem Hegel, formação e um sistema pós-kantiano*, São Paulo, Loyola, 2009.

DILTHEY, W. *Hegel y el Idealismo*. Tradução castelhana Eugenio Imaz, México: Fondo de Cultura Econômica, 1956.

HEINE, Heinrich. *Contribuição à História da religião e filosofia na Alemanha*. Tradução brasileira Marcio Suzuki, São Paulo: Iluminuras, sd.

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Trad.port.Artur Mourão, Lisboa, Edições 70, 1986.

_____ *A Religião dentro dos limites da simples razão*. Trad.port Artur Mourão, Lisboa, Ed. 70. 1992.

LUKÁCS,G. *El jovem Hegel (Der junge Hegel und die probleme der bürgerlichen Gesellschaft)*. Tradução castelhana Manuel Sacristán, Madrid, Grijalbo, 1972, 3ª edição.

MARCUSE, H. *Razão e Revolução. Hegel e o advento da teoria social*. Tradução brasileira Marilia Barroso, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª edição, 1988.

SCHILLER, F. *Cartas sobre a Educação Estética da Humanidade*. Tradução brasileira Roberto Schwarz. SP, E.P.U. 2ª edição, 1992.